

TCU interrompe licitação do MEC para compra de ônibus escolares

SUSPEITA NO MEC

Ministro do TCU interrompe licitação de ônibus escolares

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) recuou e reduziu o preço máximo para a compra em leilão de 3.850 ônibus escolares rurais. A operação para salvar o pregão eletrônico que está sob suspeita de sobrepreço foi desencadeada pela cúpula do fundo presidido por um apadrinhado do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira.

Mesmo assim, na manhã de ontem, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Walton Alencar Rodrigues decidiu embargar o resultado do leilão até que passe por análise pela Corte de Contas.

Inicialmente, o pregão estabelecia o preço de até R\$ 2,045 bilhões. A Controladoria-Geral da União (CGU) e a própria equipe técnica do FNDE avaliaram, entretanto, que havia nesse valor sobrepreço de até R\$ 732 milhões. A projeção dos técnicos do fundo foi elaborada aplicando um índice de inflação, o IGP-M, aos valores praticados pelo órgão nove meses antes, no Pregão Eletrônico 6/2021, também aberto para compra de ônibus escolares.

Reviravolta

Durante o período de alertas da CGU e da área técnica do FNDE, Nogueira teve duas reuniões no Palácio do Planalto com Marcelo Ponte, presidente do FNDE indicado por ele. Numa reviravolta, despacho assinado segunda-feira por Garigham Amarante, que comanda a Diretoria de Ações Educacionais do FNDE, o novo valor máximo estabelecido passou a ser de R\$ 1,5 bilhão, preço sugerido pela CGU numa manifestação anterior do órgão sobre o assunto, em 10 de março.

Esse valor de R\$ 1,5 bilhão corresponde à atualização dos preços do Pregão 6/2021 pelo IPP (Índice de Preços ao Produtor), um outro indicador de inflação. O cálculo representa um recuo do diretor indicado por Valdemar Costa Neto, presidente nacional do PL, que divide com Nogueira os cargos do fundo de educação.

Com as mudanças da tarde de ontem, os preços voltam a se aproximar do limite máximo sugerido pela área técnica do FNDE. No caso do ônibus de 29 lugares, identificado pelo código ORE 1, o valor máximo

sugerido pelos técnicos do FNDE era de R\$ 237,8 mil. Depois, foi cotado a R\$ 480 mil (uma diferença de 77%). Agora, no novo despacho, passou a R\$ 338,5 mil.

Embargo

Pouco antes do início do certame, o ministro Rodrigues decidiu embargar o resultado até que o assunto possa ser analisado pela Corte. Formalmente, a licitação não está suspensa: os fabricantes puderam apresentar suas propostas. Apesar disso, o FNDE não poderá utilizar a ata de registro de preços resultante até obter o aval do TCU.

A área técnica do tribunal afirmou que não era o caso de suspender o pregão porque era preciso analisar os documentos do FNDE, que não foram repassados oficialmente ao tribunal até agora. Em sua decisão, o ministro criticou o FNDE por não ter entregado os documentos e alertou para a gravidade do caso.

Rodrigues escreveu que, em reunião do FNDE com auditores do TCU, ficou acertado que seria dado acesso aos “arquivos do certame, gravados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Poder Executivo”. “Contudo, lastimavelmente, tal medida não restou implementada até o final do dia, impedindo que o TCU avaliasse, adequadamente, os preços de referência do certame”, ressaltou o relator. “Tal fato singular, aliado ao grande valor da licitação que ora se enceta, gera a perspectiva de eventual prejuízo ao erário”, afirmou.

Diante da constatação, o ministro foi mais duro do que os auditores e resolveu determinar que o FNDE se abstenha de homologar o resultado da licitação.

“O fato descrito é grave e envolve a possibilidade do desvio de assombrosa importância em dinheiro. Mais de R\$ 730 milhões em prejuízo ao erário, que podem se converter além disso em prejuízo à democracia, a depender da destinação que esses recursos venham a ter, como, por exemplo, a composição do chamado ‘caixa 2 de campanha’, escreveu Lucas Rocha Furtado, procurador do Ministério Público junto ao TCU, na representação que protocolou na segunda no tribunal pedindo suspensão do pregão.



Relatos foram dados em audiência de comissão do Senado

Prefeitos apontam cobrança de propina de pastores

Três prefeitos confirmaram ontem à Comissão da Educação, no Senado, que o pastor Arilton Moura, integrante do gabinete paralelo do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, cobrou propina para liberar recursos da pasta. O esquema era operado por Moura e pelo pastor Gilmar Santos, dois amigos do ex-ministro, em troca de liberação de dinheiro para creches e escolas.

O prefeito Gilberto Braga (PSDB), de Luís Domingues (MA), relatou que, após reunião no Ministério da Educação (MEC), foi a um almoço com “20 a 30” colegas. Também participaram, segundo ele, Moura e Santos.

— Ele (Moura) virou para mim e disse: “Cadê suas demandas?”. Eu apresentei minhas demandas para ele e ele falou rapidamente. Disse: “Olha, você vai me arrumar os R\$ 15 mil para mim (sic) protocolar as suas demandas e depois que o recurso já estiver empenhado, você, como a sua região é região de mineração, você vai me trazer um quilo de ouro” — afirmou Braga.

— Eu não disse nem que sim nem que não. Me afastei da mesa e fui almoçar — acrescentou.

Aos senadores, o prefeito José Manoel de Souza (PP), de Boa Esperança do Sul (SP), relatou que foi a um almoço com os pastores no hotel Grand Bittar, em Brasília. No local, segundo ele, Moura disse:

— “Prefeito, você bem sabe como funciona né?”. Eu disse: “Não”. Ele disse: “Prefeito, o Brasil é muito grande, nós temos mais de 5,6 mil municípios. Não dá para ajudar todos os municípios”. Eu disse:

“Não dá, pastor?”. Ele falou: “Mas eu consigo te ajudar”.

O prefeito contou que perguntou a Moura como seria a “ajuda”. Segundo Souza, o religioso acenou com uma escola profissionalizante.

— (Moura teria dito) “Você assume um ofício, eu já coloco no sistema e, em contrapartida, você deposita R\$ 40 mil na conta da Igreja Evangélica”. Foi onde (sic) eu bati nas costas dele e falei: “Pastor, muito obrigado, mas para mim não serve, não é desse jeito que funciona” — contou Souza.

Abordagem

À comissão, o prefeito de Bonfinópolis (GO), Kelton Pinheiro (Cidadania), declarou que Moura cobrou R\$ 15 mil para destravar os recursos durante um almoço no restaurante Tia Zélia, em Brasília. O encontro, segundo ele, ocorreu em 11 de março de 2021 e o pedido foi presenciado por Santos.

— Quando chegou o pastor Arilton na minha mesa e me abordou de uma forma assim muito abrupta e direta, dizendo: “(...) Vi aqui que o seu ofício aqui está pedindo a escola de 12 salas. Essa escola aí deve custar uns R\$ 7 milhões o recurso para ser liberado, mas é o seguinte, eu preciso de R\$ 15 mil na minha mão hoje” — disse.

Moura pediu “transferência” imediata para sua conta, acrescentou.

— (Moura teria dito) “Vocês políticos são um bando de malandros, não têm palavra. Se não pegar antes, não paga ninguém”. Aquilo me deu ânsia de vômito — afirmou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Política **Página:** 8